

PÔSTER – referência 235

Gestão e Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins (SP/Brasil)

Carolina Peixoto Ferreira – Orientador: Prof. Antonio C. S. Diegues (NUPAUB)

Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental – Universidade de São Paulo

## **Resumo**

A Estação Ecológica de Juréia-Itatins é uma unidade de conservação de uso indireto que apresenta conflitos sociais decorrentes da proibição jurídica frente à ocupação humana no interior de uma área natural protegida de uso restrito. Sob esse aspecto, o presente projeto pretende verificar se esses conflitos são potencializados devido às diferentes percepções ambientais dos distintos grupos sociais que atuam nesta unidade de conservação.

O quadro teórico desta investigação está apoiado nas considerações de Yi-Fu Tuan (1980) sobre as relações humanas com o meio ambiente através de suas percepções, atitudes e valores; nas considerações de Olivier Godard (1997) sobre gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente, a qual envolve decisões negociadas e ação conjunta de gestores e atores sociais de interesses diversificados. Abordagens geográficas de conceitos como espaço, paisagem, território e lugar amparam a discussão a ser realizada neste estudo.

A pesquisa envolve revisão bibliográfica e pesquisa de campo referendada em Whyte (1977), que apresenta uma série de métodos concernentes a estudos de percepção ambiental, alguns deles utilizados nessa pesquisa.

## **Objetivos**

### *Objetivos Gerais*

- Analisar o papel de diferentes grupos sociais na gestão ambiental em unidades de conservação a partir de um estudo sobre suas percepções.

### *Objetivos Específicos*

- Estudar a Estação Ecológica de Juréia-Itatins/SP através da percepção ambiental de quatro diferentes grupos sociais envolvidos direta ou indiretamente no planejamento e gestão ambiental desse território comum, a

saber: (i) os que moram, (ii) os que pesquisam, (iii) as entidades da sociedade civil organizada e (iv) os funcionários e administradores (que decidem e orientam ações) na unidade de conservação.

- Analisar as percepções, as atitudes e as valorações desses diferentes grupos sócio-culturais frente ao espaço natural e construído.
- Identificar as expectativas dos diferentes grupos em relação à gestão e ao planejamento da unidade de conservação evidenciando possíveis conflitos.
- Oferecer subsídios à avaliação qualitativa das possíveis implicações sociais e ambientais.

## Introdução

A Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI) foi criada em 1986 e localiza-se no litoral sul do Estado de São Paulo (Brasil), entre as coordenadas geográficas 24°17' e 24°40' latitude sul e 47°00' e 47°30' longitude oeste, compreendendo uma área de aproximadamente 80.000 ha.

As Estações Ecológicas são unidades de conservação de uso indireto que, segundo a Lei Federal 6.902/81, devem destinar 90% de sua área à preservação integral da biota, podendo utilizar os 10% restantes em prol de pesquisa e desenvolvimento de projetos de educação conservacionista. A categoria Estação Ecológica não apresenta, no texto legal vigente, a previsão da possibilidade de ocupação humana em seu interior, assim como também não está prevista a possibilidade de áreas particulares incluídas em seus limites (Art.2º *As Estações Ecológicas serão criadas pela União, Estados e Municípios, em terras de seus domínios, definidos, no ato de criação, seus limites geográficos e o órgão responsável pela sua administração*). Ainda assim, a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, já no ato de sua criação, comportava residentes que, em 1991, totalizavam 1531 pessoas (São Paulo, 1991).

Aos proprietários de terras localizadas no interior de unidades de conservação de uso indireto, é concedido o direito de indenização pelo Poder Público. Porém, até setembro de 1992, segundo o relatório interno da Divisão de Reservas e Parques Estaduais do Instituto Florestal (DRPE/IF) (São Paulo, 1995), apenas 12,52% da área total da EEJI eram de propriedade da Fazenda do Estado. Encontrava-se em processo de reavaliação da regularização fundiária 72,14% da

estação sendo que os 15,34% restantes eram áreas que aguardavam implantação e trabalhos de regularização das terras<sup>1</sup>. Somado a este quadro está o conflito decorrente da incompatibilidade legal da categoria da unidade de conservação em questão com os seus moradores.

Queiroz (1992) expõe que a origem desses conflitos está no procedimento autoritário e centralizador na qual a EEJI foi criada. Para ele, ao contrário do que deveria ter ocorrido, a Estação primeiro foi delimitada e criada, depois foi declarada de utilidade pública, para posteriormente serem feitos os estudos de desapropriação. Segundo o autor, esse processo foi criticado na época pelos ambientalistas e até mesmo pelos funcionários do governo que denunciavam que “os limites da estação e o destino de uma população teriam sido traçados em um gabinete” (*opus cit.*:131).

O Substitutivo ao Projeto de Lei 2.892/92 que, após apreciação do Poder Executivo, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000) apresentava duas medidas resolutivas diante da presença humana em unidades de conservação de uso indireto: (i) reassentar a população ou (ii) reclassificar a área ocupada em Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Tal artigo (56º) foi vetado restando apenas a opção pela indenização. É importante ressaltar que o SNUC assegura às populações tradicionais, que porventura residam em unidades de conservação de uso indireto, “as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais” (Cap. IV Art.28º parágrafo único), até que seu Plano de Manejo seja elaborado. Embora esta lei explicita que “o Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação” (Cap. IV Art.27º § 3º) a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, não possui tal instrumento de gestão da área.

A indefinição da situação jurídica das comunidades da EEJI, assim como das existentes em outras unidades de conservação de uso indireto, prejudica-as em vários aspectos: além delas não serem indenizadas (solução de alto impacto sociocultural), são cerceadas em suas ações e perspectivas futuras quanto ao uso/vivência do espaço e raramente são contempladas por serviços públicos mínimos a que todo cidadão brasileiro tem direito. No Brasil, o órgão gestor da

---

<sup>1</sup> No Brasil, um grande número de unidades de conservação só “existe no papel” como consequência da não regularização fundiária, a qual não é efetuada principalmente por falta de recursos.

unidade de conservação decide, na grande maioria das vezes, unilateral e arbitrariamente os limites às atividades das populações humanas.

Evidenciando e analisando os interesses culturais e ecológicos dos quatro grupos atuantes na EEJI, a pesquisa pretende verificar as estratégias existentes que norteiam a ação coletiva de uso comum do espaço. Habitar e preservar são duas formas diferentes – mas não excludentes – de sua utilização. De modo a oferecer elementos para a discussão sobre sustentabilidade, procura-se não só os pontos em comum como também os diferentes entre estas quatro esferas de relação com o meio ambiente. A partir da percepção ambiental busca-se entender a lógica que rege as relações estabelecidas por estes grupos com os elementos naturais e a unidade de conservação.

A percepção ambiental integra elementos da psicologia, da geografia, da biologia e da antropologia, entre outras ciências, tendo como objetivo principal o entendimento sobre os fatores, os mecanismos e os processos que levam o homem a possuir percepções e comportamentos distintos em relação ao meio ambiente. A construção de um pensamento próprio, situacional, histórico e político, exerce um papel ativo na construção do espaço e dos conceitos sobre o mundo, através de valores, conhecimentos prévios, necessidades, expectativas, julgamentos e condutas, enfim, de uma concepção própria de mundo. Isto nos leva a pensar que, para entender o lugar (espaço de identidades), é importante considerar também a experiência e o imaginário daqueles grupos envolvidos. Embora as percepções sejam, no limite, subjetivas para cada indivíduo, as representações coletivas de lugar e de território, criadas por cada grupo, revelam o modo como se vive e se planeja o espaço, numa relação dialética entre espaço do político, o território, e o pensamento sobre este espaço. Afinal, o conhecimento do mundo físico é tanto perceptivo quanto representativo/interpretativo, ele não está só nas atividades de observação e reflexão sobre o ambiente, mas nas histórias das pessoas, nos mitos, nas festas populares.

A política ambiental brasileira, embora dê maior atenção às populações humanas desde a Lei Federal nº 9.985/2000, que versa sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, todavia rege sobre a maior parte dessas áreas naturais protegidas com total distância e inadequação da realidade do lugar. Inspirado no modelo norte americano de parques e reservas como áreas “selvagens” e “desabitadas” por populações humanas, boa parte das unidades de

conservação do Brasil apresentam conflitos internos, sociais e conseqüentemente ambientais que acabam por interferir negativamente na própria tentativa de preservação da natureza (Diegues, 1994). Conhecendo essa comunicação falha entre o órgão público responsável pela gestão ambiental das unidades de conservação e os moradores tradicionais (termo já utilizado pela academia e também referendado na legislação citada acima), espera-se com essa pesquisa, amparada nos preceitos da percepção ambiental descritos acima, contribuir também, com as várias formas de se pensar essa problemática.

## Hipóteses

- A análise de percepções ambientais distintas sobre um mesmo território pode evidenciar conflitos e propiciar a troca de conhecimentos entre grupos culturais, sociais, econômica e politicamente diferentes dando subsídios a novas reflexões e decisões para uma gestão ambiental e social mais adequada em áreas de conservação ambiental;
- A centralização de poder nas tomadas de decisões políticas conservacionistas aumenta a probabilidade de ocorrência de conflitos. A ordem inversa, que contemple e conheça as dinâmicas sociais e ambientais do lugar e que assegure a participação dos grupos envolvidos, parece ser um caminho mais eficaz e justo para esse impasse<sup>2</sup>.

## Metodologia

Métodos de análise da percepção ambiental vêm sendo estruturados desde o final da década de 1960. A publicação da UNESCO “*Guidelines for field studies in Environmental Perception*” (Whyte, 1977) apresenta uma série de técnicas de pesquisa de campo para os estudos de percepção ambiental que se baseiam fundamentalmente na combinação de três abordagens: observar, escutar e interrogar sendo está última a mais utilizada.

---

<sup>2</sup> Exemplo muito interessante disso são as experiências da confecção do plano de manejo do Parque Nacional do Jaú (FVA, 1998).

A presente pesquisa consorciou estas três abordagens através das seguintes técnicas: observação Indireta, história oral e entrevistas de questões abertas

As entrevistas abordaram aspectos concernentes ao (1) perfil do entrevistado (idade, sexo, naturalidade, escolaridade, ocupação, tempo de residência - no caso dos moradores -, tempo de trabalho), (2) sua percepção, (3) sua atitude, (4) valoração espacial e (5) expectativas. Para o estudo desses três aspectos topofílicos (percepção, atitudes e valores) será usado como ponto de partida, as questões desenvolvidas por Machado (1988) em sua pesquisa sobre a paisagem valorizada da serra do Mar adaptadas para a Estação Ecológica de Juréia-Itatins.

Para avaliar as percepções ambientais foram feitas quatro questões: (i) O que é a EEJI para você? (objetiva verificar como as pessoas a identificam), (ii) Para você como é a EEJI?(objetiva verificar a percepção de sua fisionomia), (iii) Para você até onde vai a EEJI? (objetiva verificar sua delimitação espacial) e (iv) Para o quê serve a EEJI? (objetiva verificar a percepção de sua utilidade e uso).

Para avaliar as atitudes foram feitas cinco questões: (i) Como você cuidaria da EEJI? (procura identificar atitudes em relação à sua proteção), (ii) Quem deve cuidar da EEJI? (procura identificar a quem é atribuída a responsabilidade das ações na unidade de conservação), (iii) Você quer que seus filhos e netos conheçam a EEJI como ela é hoje? Por que? (procura identificar o conceito de preservação e verificar as tendências das atitudes), (iv) Você julga que as pessoas devem usar a EEJI de diferentes maneiras? (procura identificar posições em relação a sua administração) e (v) Você considera que estudos que tratam das relações que as pessoas têm com o ambiente podem ajudar na conservação da natureza?

Para avaliar os valores foram feitas três questões: (i) Com relação à natureza, diga de que você gosta e de que você não gosta na EEJI (refere-se a categoria afetiva), (ii) Você aprecia a EEJI como ela é hoje? Por quê?(refere-se à valorização ou não do aspecto ecológico) e (iii) Para você qual é o elemento natural de maior valor?

Para identificar razões do conflito foram feitas três questões: (i) O que você acha de morar numa estação ecológica/ o que você acha de ter moradores na estação ecológica?, (ii) Que situação prefere, quando a Juréia não era estação

ecológica ou agora? Por quê? (iii) Você pretende mudar para outro local? Por quê? (direcionada apenas aos moradores)<sup>3</sup>.

Este estudo também utilizou a linguagem fotográfica pelos moradores como forma de 'enquadramento' de suas percepções do ambiente entendendo que os elementos visuais da paisagem de alguma forma influenciam a maneira como as pessoas reagem a seu entorno. Foi requisitado que registrassem nas fotos aspectos que eles valorizam na Estação Ecológica de Juréia-Itatins e aspectos identificados por eles como degradação da paisagem.

Não é demais ressaltar que o retorno das informações aos informantes é um dos compromissos que deverão ser assumidos pela pesquisadora. O papel do pesquisador não é neutro e sua própria presença física no grupo que incita a existência de seu estudo interfere no processo e no resultado final deste. Mesmo que estreita, a relação pesquisador e pesquisado sempre será uma relação de estranhamento; o primeiro sempre será aos olhos de quem o hospeda, o outro, o estrangeiro,

“(…) depositário de um projeto que certamente os concerne, mas do qual eles não tiveram a iniciativa, nem a intenção, e muito menos os meios, projeto esse que sabem ter nascido e que desembocará em outro contexto que não é o deles, mas do qual o pesquisador veio e para onde partirá um dia” (Lacoste-Dujardin, 1977:13).

## **A Percepção Ambiental**

*Percepção para a Filosofia: a contribuição da fenomenologia*

*O mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável.*

Merleau-Ponty

A forma mais elementar de interação do homem com o mundo provém das sensações e percepções. Por meio de nossos órgãos sensitivos de visão, tato, audição, paladar e olfato estabelecemos um conhecimento sensível do que nos rodeia.

Até o século XX, pode-se dizer que foram dois os movimentos de maior expoente acerca da sensação e da percepção: a concepção empirista e a

---

<sup>3</sup> Outras perguntas, não explicitadas aqui, são feitas, conforme o grupo ao que o entrevistado faz parte.

concepção intelectualista (Chauí, 1995). Para os empiristas, as sensações são respostas físico-fisiológicas a estímulos externos que agem sobre nossos órgãos dos sentidos, sistema nervoso, e cérebro, de forma pontual. Cada sensação é independente das outras, cabendo à percepção ordená-las. Ambas são agentes passivos diante das atividades do campo exterior sobre o nosso corpo. Já para os intelectualistas, sensação e percepção são fenômenos que estão diretamente relacionados com a capacidade intelectual do sujeito do conhecimento. Neste caso, o sujeito é ativo diante dos acontecimentos externos a ele. A sensação só é processada e conduzida a uma percepção quando ocorre uma atividade de entendimento do que se sente, quando se processa racionalmente (pelo pensamento) as sensações. Salvaguardadas as diferenças, tanto os empiristas como os intelectualistas acreditavam na relação de causa e efeito como mediadora entre as coisas exteriores e o sujeito. Somatórias de sensações, organizadas em percepções, sintetizam o objeto percebido.

A concepção do conhecimento sensível recebe uma nova roupagem, diferente das linhas empirista e intelectualista, quando da formulação da fenomenologia na filosofia. Edmund Husserl (1859-1938), filósofo alemão, traz a abordagem fenomenológica na Europa do início do século XX<sup>4</sup>. Etmologicamente, fenomenologia é o estudo do fenômeno. Para o filósofo francês Merleau-Ponty (1908-1961), ela é o estudo das essências, “(...) *é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua ‘facticidade’*” (1994: 1).

Também na sociologia, com Alfred Schultz (1899-1959) trabalha-se sob uma perspectiva da fenomenologia social, pesquisando-se os “(...) *modos como as pessoas vivenciam diretamente o cotidiano e imbuem de significação suas atividades*” (Outhwaite & Bottomore, 1996: 307).

E na psicologia da forma ou teoria da gestalt, bem distante do que queriam os empiristas e os intelectualistas, “(...) *o sistema de percepção registra as formas inteiras [‘gestalt’] dos objetos, em vez de seus elementos*” (Outhwaite & Bottomore,

---

<sup>4</sup> O termo foi usado pela primeira vez, ao que parece, por Jean Henri Lambert (1728-1777), matemático e filósofo alsaciano que intitulou a quarta parte de sua obra *Nova Lógica* (escrita entre 1763 e 1764) de *Fenomenologia ou Teoria da Aparência*. Posteriormente, em 1786, Kant emprega o vocábulo nos *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza*, comentando que os caracteres gerais dos fenômenos relativos à representação conformam-se na oscilação movimento e repouso. Hegel também trabalhou com o termo em seu livro *Fenomenologia do Espírito*, de 1807, no qual tratava da relação entre o Espírito e a Razão universal por meio da história das fases de aproximações e distanciamentos que levariam o Espírito a se elevar da sensação individual em direção à Razão universal (Enciclopédia Mirador Internacional, 1982 – vol. 9: verbete Fenomenologia).



*opus cit.*: 339). O termo “gestalt” foi explicado pelo psicólogo alemão Wolfgang Köhler (1887-1967): entidade concreta *per se*, atributo das coisas enquanto forma.

São vários os aspectos que conferem coerência a essas três visões científicas de(o) mundo (filosofia, sociologia e psicologia) envoltas fenomenologicamente. Uma delas é que não há diferença entre sensação e percepção, elas são a mesma coisa (Chauí, 1995). Elas ocorrem concomitantemente. A fenomenologia “*é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é (...)*” (Merleau-Ponty, 1994: 1). Para Husserl, consciência e fenômeno não existem separados um do outro (Dartigues, 1971). A percepção é uma experiência dotada de significação. Nós temos percepções globais de uma estrutura ou formato; o real é descrito no ato do sentido e da significação. Um ato de comunicação que opera pelo pensamento e pela percepção estabelecendo uma interação entre aquilo que é percebido e aquele que percebe.

Trata-se de reencontrar o mundo na experiência, de “*(...) nos deixarmos seduzir pela camada do sensível e a criticar tudo o que obriga o corpo a viver à distância de si mesmo, do mundo e do pensamento(...)*” (Novaes, 1988: 15). Trata-se de desvendar o que está por detrás da aparência, clarear o oculto que também compõe a estrutura profunda das coisas por meio de “*(...) um esforço sistemático e crítico tendente a captar a própria coisa, a sua estrutura oculta, e descobrir a forma de ser do que existe*” (Karel Kosic, 1967: 30 *apud* Santos, 1988: 17).

A realidade revela-se não apenas com as medições que nela e dela fazemos, mas também através da intermediação e análise das nuances subjetivas que a compõem e perspassam a relação integradora do sujeito no mundo e do mundo no sujeito. Uma filosofia fenomenológica não deixa de ser “*(...) uma ‘ciência exata’, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vivididos’*” (Merleau-Ponty, 1994: 1). Há que se reencontrar a experiência que está por detrás do pensamento, mergulhar no sensível e achar o invisível por detrás do visível, uma vez que um é condição existencial do outro (Merleau-Ponty, 2000).

*“Visíveis tecidas de invisibilidade: a profundidade não é terceira dimensão do espaço, é o invisível da visibilidade, aquilo sem o que não vemos e sem o que nada seria visível; as faces do cubo que não vemos soa o invisível do cubo, aquilo pelo que ele se faz uma coisa visível. O invisível não é um negativo positivo que dublaria a positividade do visível, mas aquilo pelo que o visível é visível, seu avesso e estofo, uma de suas dimensões, uma ausência que conta no mundo.”* (Chauí, 1988: 58).

Ao refletir sobre os aspectos inerentes a uma fenomenologia do espaço, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001) evidencia os perigos expostos a uma ciência espacial desamparada de uma filosofia adequada. No artigo intitulado *O espaço geográfico como categoria filosófica*, o autor (1988) esmiúça o movimento dialético, portanto, contraditório e integrador, entre a essência do existir humano (essência ainda sem forma, o real-abstrato) e a corporificação de tal ato revelado através da sociedade que se tornou espaço (a forma povoada por uma essência, o real-concreto). O mundo percebido possui formas e sentidos inseparáveis do sujeito da percepção.

A percepção é uma comunicação entre o “(...) *nosso corpo, o corpo dos outros sujeitos e os corpos das coisas* (...)” (Chauí, 1995: 123).

A relação dialética entre forma e essência, objetivo e subjetivo e (por que não?), consciência e inconsciência é a relação própria do movimento do conhecimento. É uma compreensão holística da relação homem-ambiente onde “(...) *todo o ambiente que envolve o homem, seja físico, social, psicológico ou até mesmo imaginário, influencia a percepção e a conduta*” (Del Rio & Oliveira, 1996: XIII), o mesmo ocorrendo no sentido inverso. Na teoria fenomenológica do conhecimento considera-se a percepção como parte e origem primordial do conhecimento humano (Chauí, 1995).

Estamos no mundo como sujeitos ativos, conferindo sentidos, valores e interpretações novas às coisas percebidas, uma vez que elas fazem parte de nossas vidas e interagimos com o mundo percebido qualitativa, significativa e estruturalmente. A percepção é também o pensamento de perceber o mundo (Merleau-Ponty, 1994).

A nossa comunicação/percepção com os corpos dos sujeitos outros e os corpos das coisas alicerça-se sempre nos aspectos concernentes a nossa história de vida pessoal. Nossas expectativas, nossas frustrações; nossas paixões, nossas desilusões; nossas afetividades, nossas agressividades.

*“Percebemos [e definimos nosso modo de relação com] as coisas e os outros de modo positivo ou negativo, percebemos as coisas como instrumentos ou como valores, reagimos positiva ou negativamente a cores, odores, sabores, texturas, distâncias, tamanhos”* (Chauí, 1995: 123).

Detalhes são abarcados mental e sensitivamente (não apenas, mas de igual tamanho às demais percepções que não apresentam aparentemente importância) à

medida do teor de significado valorativo ou “(...) *à medida em que ela se remete a uma experiência passada, mesmo que esta tenha sido esquecida*” (Rodrigues, 2001: 35).

Tamanha é a complexidade dessas relações que se estabelecem entre nossos sentidos e o mundo, entre nosso corpo e os corpos dos outros e/ou das coisas, entre o exterior e o interior que se convém falar em um campo perceptivo (Chauí, 1995) de esferas interseccionadas da razão, emoção, pensamento, imaginário (significação, interpretação), individualização, socialização, sensação e aprendizado. A percepção está no ato.

Para Merleau-Ponty (1994: 18), “*a aquisição mais importante da fenomenologia foi sem dúvida ter unido o extremo subjetivismo ao extremo objetivismo em sua noção do mundo ou da racionalidade.*” Não há deformação ou inferioridade no ato de perceber. Percebemos não apenas com o nosso raciocínio, mas também com todos os nossos sentidos. A percepção não é falaciosa, ela é o que é, a nossa interpretação do mundo. “*O ‘sentido’ do real transborda sempre aos ‘dados’ e aos ‘conceitos’*” (Chauí, 1984: XII). É do encontro subjetivo entre as coisas e os sujeitos que o ato perceptivo revela o invisível componente do visível dos conceitos, significando-os, ou fazendo com que estes possam significar.

*“O mundo fenomenológico não é a explicitação de um ser prévio, mas a fundação do ser; a filosofia não é o reflexo de uma verdade prévia mas, assim como a arte, é a realização de uma verdade”* (Merleau-Ponty, 1994: 19).

A ciência se faz sobre o mundo vivido. A ciência cheia, integrada, rigorosa e extensiva é aquela que reconhece e trafega pela experiência do mundo, da qual ela é segunda expressão (Merleau-Ponty, 1994).

### *Percepção para a Percepção Ambiental*

O termo percepção para a maioria dos estudos de percepção ambiental tem uma conotação ampla e popular, muito próxima a que acabamos de ver sob o olhar da fenomenologia. Inclui não apenas as percepções bio-fisiológicas mas também as imagens que formamos mentalmente sobre o mundo vivido (realidade), nossas memórias, experiências (o que conhecemos), predileções (o que valoramos), interpretações, atitudes e expectativas (o que aspiramos) (Del Rio, 1991). Portanto,

a percepção ambiental está atrelada ao ato do contato com os elementos externos (objetivo e coletivo) e internos (subjetivo e individual) da experiência. Os processos cognitivos, avaliativos e de conduta fazem parte deste contínuo que é a percepção ambiental. Tal acepção seria reconhecida na psicologia sob o escopo dos estudos sobre cognição, ou seja, como um processo mental com o qual intermediamos nossa relação com o mundo conferindo significados às informações estruturadas e selecionadas conforme nossos interesses (Del Rio & Oliveira, 1996; Whyte, 1977). É sob este enfoque que trabalharemos aqui.

A origem dos estudos de percepção ambiental na história do pensamento geográfico, segundo Amorim Filho (1996), nos remete as reflexões de Carl Sauer em 1925, o qual aponta como um dos principais temas da atividade geográfica o estudo diferenciado das áreas e das paisagens percebidas e vividas pelos homens.

No final dos anos 60 do século XX, os estudos de percepção ambiental são incluídos no movimento denominado “geografia humanística”, onde as noções de mundo vivido e de intencionalidade passam a fazer parte de uma nova forma de se pensar a geografia, sob forte influência fenomenológica e existencialista. Estudiosos da área geográfica e também de outras ciências, irão considerar em suas pesquisas aspectos referentes a percepção, valores e representações humanas no contato com o espaço, contrapondo-se à quantificação, racionalização e sistematização da corrente neopositivista (Amorim Filho, 1996).

Durante a década de 70, uma série de estudos do ambiente humano consolidam-se quando da criação do Grupo de Trabalho sobre a Percepção do Meio Ambiente, pela União Geográfica Internacional (UGI), e do Projeto 13: Percepção da Qualidade Ambiental, no Programa Homem e Biosfera, da UNESCO (Amorim Filho, 1996). Desde então, vários autores em diversos países, têm se dedicado a estudos sobre percepção ambiental, destacando-se os trabalhos de Cerasi (1970), Lynch (1980), Tuan (1980; 1983). No Brasil, destacam-se Oliveira (1977; 1996; 2001), Bley (1982; 1996), Amorim Filho (1996), Del Rio (1991; 1996), Jesus (1993), Machado (1988; 1996), Santos *et al* (1996), entre outros, que têm pesquisado e orientado dissertações e teses acerca deste tema.

O ambiente pesquisado por esses autores compreende tanto o ambiente natural como o ambiente culturalmente construído. É interessante notar que as colocações obtidas pelos distintos campos de trabalho de pesquisa acabam por se

entrelaçar, auxiliando na estruturação de um pensamento complexo sobre a percepção ambiental.

Ao abordar aspectos do ambiente urbano, Cerasi (1970) distingue os espaços psicológico e topológico. O primeiro revela aspectos comportamentais oriundos do uso dos espaços urbanos, enquanto que o segundo diz respeito à percepção das formações físicas da cidade. Os códigos de leitura de valores contidos no ambiente são identificados na experiência e uso destes espaços urbanos.

Lineu Castello (1996) pesquisou e coordenou o projeto sobre percepção do rio Guaíba pela população de Porto Alegre/RS. O estudo, inserido no programa da UNESCO, Man and Biosphere (MAB) interessava-se pelas expectativas dos moradores frente à recuperação e acessibilidade de uso do rio, bem como de sua importância na construção do imaginário da cidade (Del Rio & Oliveira, 1996).

Para Lynch (1980), as percepções do processo cognitivo do ambiente são representações de categorias espaciais, sejam elas sociais, naturais e físico-culturais, que refletem as dimensões do cotidiano social e das geografias natural e construída. Essas constatações conformam-se no que o autor chamou de “senso do lugar”. Piaget (1969) sustenta que os aspectos cognitivos estão intimamente atrelados aos aspectos perceptivos de intercâmbio com o espaço e que a percepção é parte integrante da vida humana e intrínseca a seu desenvolvimento.

Na relação entre a percepção humana e o meio ambiente os elementos físicos, sociais, psicológicos e imaginários fazem parte da construção do espaço. Nas obras de Tuan, *Topofilia* (1980) e *Espaço e Lugar* (1983), por exemplo, o autor reconhece a influência desses elementos nas percepções ambientais de habitantes oriundos de diversas regiões e culturas, denotando as peculiaridades dessas diferenças.

No campo da sociologia, Durkheim (1968) demonstra que as culturas apresentam diferenças nos significados básicos das categorias da intuição e do entendimento. Argumenta que é no processo de socialização do indivíduo em seus variados grupos sociais que são construídas as concepções de gênero e espaço, entre outras. Podemos, além disso sugerir que diferentes percepções são possíveis num mesmo espaço. Nesse sentido, Leonel (1998) coloca que a diversidade, reafirmada por essas diferenças, pode, num amplo sentido, elevar as possibilidades

de modos de vida mais harmoniosos com o meio<sup>5</sup>, visto que as diferenças podem ser organizadas de modo a se complementarem, e não a se contradizerem. É importante ressaltar a dinâmica presente nessas diversas percepções humanas que são passíveis de mudanças de atitude para com o ambiente, podendo até mesmo vir a inverter-se.

Os conceitos (de ordem qualitativa e valorativa) desenvolvidos e denominados por Tuan (1980) topofilia e topofobia significam respectivamente a afetividade e a aversão ao ambiente por parte da população. Relph (1979) esclarece que, quando as experiências com espaços ou lugares são positivas e agradáveis, podem ser consideradas experiências de topofilia, enquanto que, quando são repulsivas, desagradáveis e negativas elas são experiências topofóbicas.

Tuan (1980) aponta a dificuldade<sup>6</sup> de se avaliar com precisão e eficácia os fatores responsáveis pela percepção humana, pois:

*“Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto do ambiente físico. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza” (:67).*

Em seus estudos envolvendo as percepções de diferentes grupos sobre a serra do Mar, Machado (1996), atenta às manifestações topofílicas, nota que enquanto para os técnicos ambientais e pesquisadores as representações são de ordens conceituais e comprometidas com a objetividade científica (paisagem não vivida), na fala dos moradores, o mesmo ambiente é carregado de valores afetivos (“*melhor lugar do mundo, um paraíso*”:119) e dissociado de seu cotidiano e familiaridade (paisagem vivida). Segundo a autora, ao se tornar inteiramente familiar, o espaço torna-se lugar.

No contexto deste trabalho, os conceitos espaço, paisagem, lugar, território e gestão são tidos como fundamentais aos estudos socioambientais.

Assim, considera-se o espaço como produto histórico e dinâmico da interação dos fatores naturais, sociais, culturais, econômicos e políticos (Furlan, 2000).

---

<sup>5</sup> A meu ver, no sentido de ser menos agressiva e mais justa socialmente.

<sup>6</sup> Que serão contempladas na metodologia desta pesquisa.

Estão atreladas às paisagens não só os aspectos físicos e culturais, mas também, e igualmente, a vivência e experiência das pessoas com o mundo-vivido (Relph, 1979). A paisagem é delineada em função do ponto de vista de quem a observa, revelando uma experiência onde o sujeito e o objeto são inseparáveis, uma vez que o sujeito faz parte da paisagem e esta é constituída por ele (Collot, 1986). O homem percebe e vivencia a paisagem, atribuindo a ela significados, valores, símbolos e mitos; apreende seu conteúdo racional, subjetiva e afetivamente. A experiência de paisagem é em algum sentido e grau uma experiência ambiental (Relph, *opus cit*).

O lugar é conseqüência de uma profunda experiência do homem com a paisagem. É onde o homem expressa suas identidades, intenções, necessidades, responsabilidades, preferências e interações (Relph, *opus cit*); é o espaço de existência e da coexistência (Santos,1996). Os lugares podem ser símbolos públicos (conhecidos visualmente) ou campos de preferência (conhecidos através de contatos e experiência prolongada) (Tuan,1983).

Território e lugar são conceitos intrínsecos ao espaço, pois tratam respectivamente das ligações políticas e de identidades do homem com este. Para Souza (1995) o território está fundamentado e definido pelas forças de poder. Se um dos objetivos apresentado no início deste projeto refere-se ao planejamento e gestão ambiental de um território é porque acreditamos que ocorram domínios e relações de poder históricas no local de estudo e, indo um pouco além, que existam campos de ação política.

Os conflitos originários das diferentes intenções e uso do espaço no interior de unidades de conservação, principalmente nas de uso indireto (caso das Estações Ecológicas) já foram identificados por diversos autores (1) na área em estudo (Canelada & Jovchelevich, 1992; Ferreira, 1999; Freixêdas, 1995; Oliveira, 1993; Queiroz, 1992; Sanches, 1997;), (2) em demais localidades (Adams, 1996; Arruda, 1997; Brito, 1995; Cunha & Rougeulle, 1989; Diegues, 1994; Diegues & Nogara, 1994; Diegues & Viana, 2000; Furlan, 2000; Rodrigues, 2001a; Toffoli, 1996; Vianna, 1996), (3) e pelos próprios administradores públicos (São Paulo, 1991; 1995).

No caso da EEJI, Oliveira (1993) defende que enquanto não for realizado um plano de manejo da estação que apresente como objetivo a preservação conciliada à ocupação humana, os conflitos sociais existentes na área continuarão existindo. A

autora escreveu isso há dez anos e todavia a EEJI não possui este instrumento de planejamento e gestão da unidade. As restrições ambientais adotadas na EEJI modificaram significativamente o modo de vida dos moradores, que sempre desenvolveram atividades agrícolas, pesca, caça e extrativismo, atividades estas que atualmente ocorrem ou por intermédio de licenças concedidas pelo Estado (no caso do plantio) ou são tratadas como crime ambiental (no caso da caça). Ainda segundo esta pesquisadora, enquanto a questão fundiária da EEJI não for resolvida, enquanto não se definirem quem são os verdadeiros proprietários de terras e quem pode permanecer residindo em seu interior, perpetuar-se-á a utilização desordenada dos recursos.

O estudo de Queiroz (1992), assim como este, é um estudo sobre o diálogo possível entre os homens e entre os homens e a natureza tendo como referência o caso da EEJI. Destrincha o conflito e a dificuldade de diálogo entre dois movimentos sociais atuantes na estação, o ecológico e o dos moradores e quer responder o que é que dificulta a comunicação entre eles, se são as diferenças culturais ou se são as diferentes estratégias políticas. A conclusão que ele chega é que o maior entrave ao diálogo está nos diferentes interesses políticos em ação e que não são as distintas concepções de mundo e do que seja a relação homem-natureza que trazem maiores impedimentos à formação de uma sociedade aberta e democrática. Para este autor, um dos desafios que os ambientalistas devem transpassar é o de não chegar com uma idéia pré-concebida de qual é a forma mais adequada do homem se relacionar com a natureza, pois a resposta está justamente no cruzamento e aceite do pluralismo cultural, das diversas práticas e concepções sobre esta relação. De 1992, data da redação deste estudo até hoje, podemos dizer que algumas entidades ambientalistas já deram consideráveis passos em direção a esse diálogo e que portanto, felizmente, o quadro tende para a resolução mais justa e eficaz desses conflitos.

Mais recentemente, Sanches (1997), ao estudar a relação homem-meio ambiente na EEJI por uma abordagem etnográfica, ressalta que a garantia de conservação dos ecossistemas abrangidos nesta estação é uma tarefa complexa e árdua pois o manejo ambiental é condicionado por relações ecológicas e sociais. Embora afirme que um profundo conhecimento do meio pelos caiçaras da EEJI não resulte necessariamente num equilíbrio destes com ele, a autora propõe o respeito aos "calendários ecológicos" (nome dado por ela às práticas caiçaras conjugadas à



práticas de manejo) como alternativa aos conflitos das populações da EEJI com as restrições ambientais. Segundo esta pesquisadora, a ilegalidade da atividade de caça pode estar tendo o sentido inverso ao da preservação. Se antes os caiçaras sabiam a época certa de caçar e respeitavam o tempo de reprodução dos animais, agora, podem estar caçando em períodos que não seguem mais o "calendário ecológico" de dantes, podem estar caçando nos momentos em que a fiscalização está falha. Muda a condicionante, muda a efetividade antes garantida da sustentabilidade desta atividade. A regularização, desta atividade, neste sentido, seria menos desastrosa à conservação. O mesmo ocorre com relação às ações emergenciais concedidas pelo Estado adotadas para a agricultura, que acabaram por intensificar o plantio apenas nas áreas de capoeira, podendo ocasionar impactos maiores.

Na opinião de Furlan e para servir de reflexão neste trabalho,

*“Ao conceber o lugar (o espaço vivido por essas sociedades rústicas) como patrimônio de todos, as políticas ambientais excluíram por lei o direito de domínio sobre esses territórios”.* (2000:45).

Faz-se importante mencionar uma das conclusões alcançadas por Rodrigues (2001a) em seu estudo empírico sobre a gestão ambiental participativa no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (situado no litoral sul de São Paulo) à luz do que se espera refletir com este projeto proposto:

*“(…) foi através de um diálogo intercultural e, principalmente, num diálogo intersubjetivo entre os membros que compõem o Comitê<sup>7</sup> da Ilha do Cardoso que se deu o passo inicial e determinante na superação do modelo clássico de conservação ambiental, sobretudo, por aproximar os agentes externos à realidade cotidiana dos moradores locais - a maioria caiçara. Na verdade, não se está preocupado, somente, com a conservação ambiental, mas com a conservação dos laços entre os diferentes agentes envolvidos na conservação ambiental, de uma determinada área. Creio que são estes laços, em última instância, que irão assegurar a conservação.”* (:186).

A idéia de gestão aqui trabalhada ampara-se nas considerações de Olivier Godard (1997) sobre gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente, a

---

<sup>7</sup> Comitê de Apoio à Gestão do Parque Estadual (nota minha).

qual envolve decisões negociadas e ação conjunta de gestores e atores sociais de interesses diversificados.

## **A Estação Ecológica de Juréia-Itatins: contexto social**

▮ **Moradores** – Com base no Cadastro Geral dos Ocupantes da EEJI (São Paulo, 1991) as populações residentes na estação estavam distribuídas em 22 comunidades, situadas nos municípios de Peruíbe (10), Iguape (9) e Miracatu (3). Na data do levantamento viviam nessa área 1531 pessoas, correspondendo a 356 famílias dedicadas, na maior parte dos núcleos, à agricultura de subsistência, ainda que combinada, em algumas comunidades, com a pesca artesanal ou a bananicultura, conforme o caso.

O referido cadastro teve como objetivo identificar as comunidades residentes na EEJI classificando-as como tradicionais, assim consideradas aquelas nascidas ou com presença antiga na área, dedicadas à economia de subsistência, com fortes vínculos de parentesco e conhecimento específico do meio (caiçaras, descendentes de portugueses, índios e negros africanos) e adventícios, aqueles que, mesmo quando moradores no local em época anterior à da criação da EEJI, migraram de outras regiões do país. Dentre a classificação de adventícios o cadastro faz distinção entre adventícios antigos e recentes, tomando por referência de tempo, a data de criação da EEJI na forma de lei, ou seja, antigas são as famílias que lá já estavam antes de 1987.

Em 1986, como consequência da criação da estação ecológica, passaram a existir restrições legais de uso da área, não apenas em relação às atividades econômicas de subsistência praticadas no interior da EEJI mas até mesmo à própria presença física dos moradores. O cadastramento, realizado quatro anos depois, trazia consigo uma proposta de racionalidade ao pretender distinguir, dentre os então ocupantes da área, os que tinham um certo direito adquirido, por presença anterior a 1986, e ademais por serem detentores, presumidamente, de uma certa cultura compatível com a preservação do ecossistema. Contudo, muito do que se definiu para a EEJI, sempre partiu de um olhar de fora, muitas vezes impregnado de visões urbanas pré-conceituosas.

Os hábitos culturais e sociais dos moradores da estação ecológica unem as práticas das antigas gerações (das chamadas populações tradicionais) a outras provenientes dos moradores mais recentes configurando uma diversidade cultural e religiosa.

Para Diegues (1994) o que caracteriza essas populações é seu modo de vida tradicional baseado na *“fraca acumulação de capital, dependência limitada da economia de mercado, importância das relações de parentesco, tecnologias manuais de pouco impacto sobre a natureza”*(:140). O conhecimento tradicional destas populações, passado de geração em geração, é um importante instrumento para a conservação da biodiversidade, inclusive porque a sustentabilidade dos recursos naturais para essas populações é premente, já que sua sobrevivência pauta-se muito na relação que estabelecem com o meio.

O uso do espaço por essas populações tradicionais, bem como os limites territoriais estabelecidos têm como base uma relação social de respeito e reconhecimento comum de propriedade através de seu uso por um morador ou pela comunidade (não só o local de moradia mas o de produção; as áreas em pousio da atividade agrícola itinerante também seguem esse preceito). A terra tem um valor de uso e é sob este aspecto que se dá o direito de propriedade e não necessariamente no domínio jurídico. *“A terra é do trabalho, e não de exploração. Ela pouco valor tem em si apenas enquanto pode produzir alimentos, nutrir o camponês”* (Marcílio, 1986: 37).

A ausência de cercas revela um ambiente aparentemente sem dono. A noção espacial para essas populações difere das estabelecidas pelas sociedades urbanas e são calcadas no respeito e na memória. As referências espaciais estão na natureza (morros, árvores...) e muitas vezes não são visíveis, caso por exemplo da identificação por parte dos pescadores artesanais das áreas mais abundantes em peixes.

Essa leitura diferente do ambiente tem ocasionado, segundo Diegues (1994) conflitos entre as populações tradicionais e as autoridades conservacionistas que estabelecem unidades de conservação em áreas “sem uso”. Além disso, ao remunerarem alguns moradores como guarda-parque novas relações de poder são estabelecidas entre os moradores/parentes, desestruturando o elo social de parentesco; a presença do dinheiro leva ao abandono das práticas de cultivo,

enfraquecendo os vínculos de solidariedade entre eles (mutirão e ajuntório), além de intensificar a dependência em relação ao centro urbano.

É importante ressaltar que as sociedades tradicionais, assim como qualquer outra sociedade, são dinâmicas e portanto não estão estáticas no tempo e no espaço. Querer manter impositivamente suas características a fim de se preservar uma imagem de *bom selvagem* é uma atitude autoritária e tão violenta quanto a sua exterminação, na medida em que cerceia o indivíduo, impondo-lhe limites. O reconhecimento e a possibilidade de existência dessas sociedades devem ser respeitados assim como sua vontade de mudança. O mesmo vale para os moradores da EEJI que hoje, por intermédio do Conselho Consultivo, têm uma participação garantida na gestão da unidade de conservação, até pelo menos o dia em que forem indenizados e “convidados” a se retirarem, como prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

▮ **Pesquisadores** - As informações mais pontuais que tenho sobre os pesquisadores provêm da análise feita da lista da coordenadoria responsável pela avaliação dos projetos a serem desenvolvidos nas unidades de conservação paulistas, a Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental (Cotec) do Instituto Florestal (IF).

Nesta lista são elencados 81 processos deferidos pelo Cotec, citando pesquisas de 1993 até 2003. Pelo menos 30 já foram finalizados ou foram cancelados, restando então como amostra possível de pesquisadores atualmente trabalhando na EEJI, 51 estudos; desconsiderando o meu processo, sobram 50. Dentre esses 50 processos supostamente em andamento, somado a mais três iniciados recentemente, segundo informação passada por uma funcionária da administração da unidade, portanto, dentre esses 53 processos avaliados pelo Cotec, 38 (72%) são da área das ciências biológicas, 2 (4%) das geociências e apenas 13 (24%) da área de conhecimento das ciências humanas. Dos 26 e-mails enviados com a carta de apresentação do projeto de pesquisa e com o questionário dirigido aos pesquisadores, 6 voltaram, e até a presente data, apenas 5 pessoas me responderam<sup>8</sup>. Tenho em mãos 19% de amostragem deste grupo, considerando que conseguirei entrar em contato com todos, o que não é certo.

---

<sup>8</sup> Três deles, demonstraram interesse em assistir a defesa desta dissertação. Tal fato exige de minha pessoa responsabilidades para com esses grupos estudados aqui, todos eles, sem exceção..

Das 53 pesquisas supostamente sendo realizadas, apenas 18 (34%) referem-se a estudos sobre os temas: desenvolvimento sustentável (3), etnobiologia (2), ecoturismo (2), impacto ambiental – lixo e turismo (2), conflitos populações x parques (2), etnoconhecimento (2), etnoconservação (1), manejo florestal (1), agricultura (1), sambaquis (1) e biomedicina/fármacos (1). As 35 pesquisas restantes (66%) são quase em sua totalidade estudos sobre fauna (incluindo insetos e mariscos) (23) e botânica (13), sendo apenas dois sobre geociências (geologia e climatologia).

Por enquanto, tenho acesso a cinco questionários respondidos, dois de pesquisadores da fauna (panteras e crustáceos) da EEJI, um outro que pesquisa na área da botânica, um sobre turismo e por fim, um de uma pesquisadora que desenvolve um trabalho muito parecido com o desta proposta aqui apresentada, que analisa a comunicabilidade entre os atores de atuação na estação. As análises de tais questionários todavia não foram efetivadas. Pretendo verificar se há alguma padronização de valores, atitudes e expectativas conforme a área científica do pesquisador. Será que os provenientes das ciências biológicas são mais avessos à manutenção dos moradores na estação? E os pesquisadores das ciências humanas? Será que se interessam pela preservação dos recursos naturais ou apóiam uma postura mais conservacionista, de interação sustentável da bio e da sociodiversidade? Que ideais e pensamentos permeiam as reflexões desses dois grupos sobre a relação homem/natureza? Essas são algumas questões patentes em minhas análises futuras.

▣ **Entidades da Sociedade Civil Organizada** - A criação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins confunde-se com as mobilizações sociais de cunho ambiental que em 1985, findado o regime militar (e com ele, a possibilidade de instalação das usinas nucleares na EEJI) levantaram bandeiras pela preservação da área, desta vez, cobijada pelos especuladores imobiliários, desejosos da construção de um condomínio na praia do rio Verde. Contactei até o momento, nove entidades da sociedade civil organizada vinculadas de alguma forma com a EEJI, oito delas com representantes no Conselho Consultivo da estação. Cinco, dessas nove, já me responderam o questionário: A União dos Moradores da Juréia (UMJ), a Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe (AMAP), o Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada Núcleo Estação Ecológica Juréia-Itatins (Coati-Juréia), a Mongue – Proteção ao Sistema Costeiro – e a Associação Eco Juréia (AEJ) que foi convidada

para o cargo de suplente da Coati-Juréia no Conselho Consultivo e não aceitou. A análise destes questionários ainda não foi feita mas posso fornecer, ao menos, a data de fundação e a área de atuação delas.

A União dos Moradores da Juréia foi criada em 1990 e tem como propósito atuar na organização comunitária dos moradores. Surge como reação às imposições restritivas da lei às atividades desenvolvidas pelos residentes; configura-se como uma entidade de resistência da luta dos moradores pelo reconhecimento de seus direitos.

A Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe, a AMAP, trabalha com ecoturismo, não apenas na área da estação compreendida nesta cidade mas também na região envolvente desta. Sua data de fundação é do ano de 1999.

A Coati-Juréia trabalha na EEJI desde 1992 com projetos concernentes à Educação Ambiental Vivenciada, sustentabilidade, campanhas e aos aspectos jurídicos desta unidade de conservação. Defende a participação dos setores envolvidos na estação de forma transparente com abertura às discussões das questões sociais e ambientais da EEJI.

A Mongue, tem como objetivo incitar a cidadania por intermédio da divulgação e da disponibilização de trabalhos que possam trazer algum benefício aos moradores e à unidade de conservação. Enquanto entidade da sociedade civil organizada funciona há apenas um ano mas seu secretário executivo, que respondeu o questionário direcionado a essa entidade, desenvolve atividades de cunho socioambiental há sete anos na EEJI.

A Associação Eco Juréia (AEJ), criada em 2000, é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), sem fins lucrativos. Quer preservar (este é o termo adotado que é diferente do termo conservar, embora citem o desenvolvimento sustentável como ferramenta de ação) (...)”os rios, o mangue, a fauna e a flora da Juréia (...); defender as populações caiçaras tradicionais e desenvolver projetos de educação ambiental (...)”<sup>9</sup>. Entende que as estações ecológicas não devem promover turismo de qualquer ordem (como já prediz a lei) e, até onde sei, juridicamente paralisou o trabalho de monitoria ambiental desenvolvido pelas associações (dos monitores ambientais) de Peruíbe (AMAP) e de Iguape (AMAI), que tinham conseguido acordar com a administração da EEJI uma parceria.

---

<sup>9</sup> Retirado de periódico escrito e distribuído pela AEJ: *Jornal da Juréia*, Ano III – n° 10, 2003 (Janeiro, Fevereiro, Março).

Além dessas entidades das quais obtive respostas, existem outras que entrarei em contato futuramente e que também fazem parte do Conselho Consultivo da EEJI, (i) como titulares: a Associação dos Jovens da Juréia (AJJ) e a Keep da Ocean Clean; e (ii) como suplentes: o Programa da Terra (PROTER) e a AAVENTUR.

Um dos aspectos que gostaria de olhar mais atentamente com relação a essas entidades de atuação na EEJI é o que se refere a imagem construída por elas deste território. É uma imagem romântica, de uma área paradisíaca detentora de riquezas intocáveis ofertadas pela natureza? É uma imagem de uma área sem conflitos, pasteurizada? Veremos.

▣ **Funcionários/Administradores** - Em primeiro lugar, faz-se importante denotar a distinção entre essas duas categorias denominadas por mim, funcionários e administradores. Funcionário, para os fins desta pesquisa, são os guarda-parques e os vigias (ou operacionais – pessoal responsável pela manutenção de trilhas e mecânica dos meios de transportes da unidade). Administradores são os funcionários da EEJI que trabalham na sede administrativa desta unidade de conservação, localizada em Peruíbe.

Segundo o quadro de evolução de recursos humanos da EEJI elaborado em junho de 2003 por uma funcionária da administração da estação (documento interno), dos 89 funcionários trabalhando nesta unidade de conservação em 1992, restaram 43, sendo 7 da equipe administrativa e 36 da equipe dos funcionários (30 guarda-parques e 6 “operacionais”).

O desfalque de pessoal trabalhando numa área de quase 80.000 ha é um dos maiores problemas que a EEJI enfrenta. Tanto nas respostas de alguns moradores como nas cinco respostas obtidas dos guarda-parques (e principalmente nestas), esta defasagem é ressaltada.

Observando-se a faixa etária das 43 pessoas que trabalham na EEJI, verificamos que pelo menos sete estão em vias de se aposentar, agravando ainda mais o quadro de falta de pessoal na estação<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup>

FAIXA ETÁRIA	Nº FUNCIONÁRIOS
26 a 30 anos	01
31 a 35 anos	12
36 a 40 anos	07
41 a 45 anos	04
46 a 50 anos	10

Com relação à escolaridade desses 43 administradores e funcionários da EEJI, três possuem ensino superior, nove o ensino médio e trinta e um o ensino fundamental.

## **Percepção ambiental na EEJI: valores, atitudes e expectativas dos diferentes grupos sócio-culturais envolvidos**

A presente pesquisa todavia não apresenta uma análise conclusiva dos relatos e respostas das histórias orais e dos questionários abertos realizados. No entanto, dos executados *in loco* (com moradores e guarda-parques) já podemos notar valorações ambientais e atitudes distintas entre esses dois grupos. Os moradores, criticam as estratégias de ação dos guarda-parques que, segundo eles, ao invés de adentrarem na mata em busca de caçadores e palmiteiros ficam ou o dia inteiro no Núcleo ou saem para autuar moradores, com medo de encarar os verdadeiros "criminosos". Os guarda-parques, por sua vez, reclamam por segurança e melhores condições de trabalho; alegam que muitos moradores ainda fazem trepeiros<sup>11</sup> e consomem e/ou vendem para terceiros a carne. Já em 1993, segundo Oliveira (1993) os guarda-parques declaravam que os conflitos de maior frequência de ocorrência com moradores e veranistas eram os relativos à caça e ao extrativismo ilegal.

Entre os moradores e os guarda-parques a relação é de cautela. Além da situação delicada estabelecida quando da contratação para a função de guarda-parque de um parente que até então, fazia as mesmas atividades que a comunidade sempre fez (como plantar e caçar), a relação dos moradores com os guarda-parques é, na maior parte das vezes, de receio e indignação. Autuações feitas por estes funcionários, como as referente a embargos de alguma reforma ou construção de casa (muito freqüente na vila Barra do Una-Peruíbe), podem vir a provocar respostas violentas por parte da população residente e, conseqüentemente, dos funcionários também. Essas dissonâncias de comunicação entre esses dois grupos

---

51 a 55 anos	02
56 a 60 anos	04
61 a 65 anos	03

<sup>11</sup> Escada construída entre duas árvores com base de observação na qual o caçador se senta e aguarda a caça vir comer das frutas previamente arranjadas em local visível por ele (cevas; iscas).



são aspectos que pretendo estudar, mas também, suas concordâncias. Já de antemão posso citar a colocação bastante frisada por ambas as partes de que os moradores poderiam ajudar na fiscalização da unidade de conservação, uma vez que eles a conhecem muito bem e sempre estão em “vigília”, ao menos dos lugares próximos a sua casa ou de seu trabalho.

Estas colocações representam uma parcela muito pequena das análises que estão por vir. É preferível expô-los todos juntos quando de uma análise mais completa. Cabe ressaltar que o projeto de pesquisa aqui desenvolvido foi exposto sempre antes de iniciar a aplicação dos questionários.

Durante a pesquisa de campo observações e reflexões sobre o que estava sendo vivenciado por mim foram registradas em um diário de campo.

Foram deixadas máquinas fotográficas com dois moradores tradicionais (um do rio Verde e do Guarauzinho) e com um morador “adventício antigo” do Despraiado. Orientava-os a tirarem fotos de paisagens e situações que eles apreciavam e das que não apreciavam.

Até agora foram realizados 21 questionários com os moradores, 5 com os guardas-parques, 3 com os funcionários da administração, 5 entre as entidades da sociedade civil organizada que atuam na EEJI (quatro delas compõem o Conselho Consultivo da estação ecológica) e 5 questionários respondidos com pesquisadores.

Algumas questões foram suscitadas pelas visitas à campo: a estação ecológica é um espaço de memórias, vivências, trabalho, de sonhos a serem realizados? É o território dos conflitos, do êxodo, da luta por direitos sociais? Quantas e quais são as paisagens que constituem a Juréia? Esse nome faz sentido aos que lá moram ou é a concepção adotada por um só olhar, o do ambientalista, quando da criação da estação? É neste momento da dissertação que intento clarear e identificar as semelhanças e as diferenças das percepções estudadas; mapeá-las, transformá-las em informações discerníveis e passíveis de ações; fazer emergir o invisível dessas relações com o mundo e entre os mundos sociais.

## O Conselho Consultivo da EEJI: novos horizontes à uma gestão ambiental compartilhada em unidades de conservação?

O envolvimento da população residente e do entorno na gestão de unidades de conservação no Brasil está, aos poucos, deixando de ser considerado uma ameaça à natureza, sendo reconhecido, pelos órgãos públicos como uma solução à conservação da biodiversidade do país.

No livro *Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira*, editado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2002, já se reconhece, com relação às populações tradicionais, que elas não são necessariamente, uma ameaça à biodiversidade, e admite que é imprescindível a participação dessas comunidades nas políticas ambientais:

*"É claro que nem todas as Unidades de Conservação podem ser administradas pelos habitantes preexistentes nelas. Mas também é claro que, no Brasil, uma política ecológica sólida e viável tem de incluir as populações locais. Além disso, expulsar as pessoas das áreas de preservação sem oferecer-lhes meios alternativos de subsistência é rota segura para desastres."* (Brasília, 2002:56).

Neste documento, resultado de workshops realizados com cientistas de diversas áreas, organizações não-governamentais, governo e representantes do setor empresarial, recomenda-se que o processo de criação de novas unidades de conservação no país considere os atores sociais envolvidos e a realidade local como subsídios à definição de categoria e garantia da viabilidade ecológica da unidade de conservação. A associação do conhecimento tradicional ao conhecimento científico é um outro aspecto que também deve ser considerado, bem como o estudo da sustentabilidade das tecnologias tradicionais.

A lei federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza estabelece que

*"cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral [caso da EEJI] disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgios de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade" (art. 29).*

Como já exposto, no interior da EEJI moram, não apenas populações consideradas tradicionais mas também populações provenientes de outras regiões do país. O artigo 42 supracitado no texto legal, dispõe que:

*"As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realçadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.*

*§1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.*

*§2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e os locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.*

*§3º Na hipótese prevista no §2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento."*

Despropositadamente, esta é a lei que temos. A lei que prevê o reassentamento de populações moradoras dessas unidades de conservação de proteção integral, populações estas, de forte vínculo com o lugar, e que, no caso das populações tradicionais, já lá estavam antes mesmo do surgimento de políticas ambientais que previssem a delimitação de áreas naturais para a preservação ou conservação, o que apenas ocorre em 1934 com o Código Florestal, que possibilita a criação de Florestas e Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas.

A garantia da participação, não só da população tida como tradicional mas também dos outros atores envolvidos nos Conselhos Consultivos pode ser considerado um passo voltado a uma ponderação de forças inevitavelmente dinâmicas, quando ela funciona da maneira prevista, pelos auspícios da lei.

Das três reuniões para a formação do Conselho Consultivo de apoio à gestão da EEJI ocorridas entre junho e dezembro de 2002, originou-se o quadro de representantes dessa instância política, constituído por 5 entidades da sociedade civil organizada (3 com suplentes), 7 representantes de órgãos públicos (todos eles com suplentes), 7 representantes dos moradores (4 com suplentes) e 1 pesquisador (e seu respectivo suplente).

O Conselho Consultivo já está em sua 6ª reunião ordinária e já se reuniram extraordinariamente três vezes. Foram montados quatro Grupos de Trabalho (GTs),

o GT1 sobre proteção e fiscalização, o GT2 sobre interação socioambiental, o GT3 sobre uso público e o GT4 sobre pesquisa. Todos estes GTs já formularam problemas e sugestões de atividades concernentes ao seu tema. Reúnem-se em um primeiro momento separadamente para depois exporem suas discussões ao Conselho como um todo.

É inegável a importância desta instância política de diálogo. Até o presente momento o Conselho Consultivo da EEJI está conseguindo equacionar problemas pontuais que vão surgindo (ex. operação verão de 2004 que equacionou a visitação de mais de 5000 pessoas/dia na cachoeira do paraíso com sucesso e participação de parte dos conselheiros) e problemas estruturais (mais lentamente; caso dos pedidos pelos moradores de licença para o plantio que geralmente atrasa a época da roçada e que agora, os moradores e os órgãos ambientais responsáveis pela licença, estão buscando conjuntamente um processo mais eficaz e menos conflituoso para ambas as partes).

## Bibliografia

- ADAMS, Cristina (1996) "Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica *versus* planejamento e gestão ambiental". Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências-USP, São Paulo.
- AMORIM FILHO, O. B. (1996) "Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais". *In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (orgs.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira.* São Carlos: Ed. da UFSCar.
- ARRUDA, R.S.V. (1997) "Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação". *In: Anais do primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.* v.1:262-276.
- BLEY, Lineu (1982) "Percepção do espaço urbano: o centro de Curitiba". Dissertação de Mestrado, UNESP, Rio Claro, Instituto de Geociências.
- \_\_\_\_\_ (1996) "Morretes: um estudo de Paisagem Valorizada". *In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (orgs.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira.* São Carlos: Ed. da UFSCar.
- BRASÍLIA (2002) **Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros.** Brasília: MMA/SBF.
- BRITO, Maria Cecília Wey de (1995) "Unidades de Conservação: intenção e resultados". Dissertação de Mestrado, PROCAM-USP, São Paulo.
- CANELADA, G.V.M. & JOVCHELEVICH, P. (1992) "Manejo agroflorestal das populações tradicionais na Estação Ecológica Juréia-Itatins". *In: Anais Revista Instituto Florestal.* São Paulo, v.3:913-920.
- CASTELLO, Lineu (1996) "A Percepção em análises ambientais: o projeto MAB/UNESCO em Porto Alegre". *In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (orgs.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira.* São Carlos: Ed. da UFSCar.
- CERASI, Maurice (1970) **La lectura del ambiente.** Bueno Aires: Ed. Infinito.
- CHAUÍ, Marilena (1984) "Merleau-Ponty: vida e obra". *In: Os pensadores (vol.41): Merleau-Ponty.* São Paulo: Abril Cultural
- \_\_\_\_\_ (1988) "Janela da alma, espelho do mundo". *In: NOVAES, Adauto. O Olhar.* São Paulo: Companhia das Letras.

- \_\_\_\_\_ (1995) **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 3ªed.
- COLLOT, Michell (1986) "Points de vue sur la perception des paysages". *In: L'Espace Géographique*, nº3: 211-217.
- CUNHA, L.H.O. & ROUGEULLE, M.D. (1989) "Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos - o caso de Guaraqueçaba (Paraná)". *In: Série: estudos de caso nº2*. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa da USP/UICN/Fundação Ford.
- DARTIGUES, André (1971) **O que é fenomenologia?** Rio de Janeiro: Ed. Eldorado.
- DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (1996) "Apresentação". *In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (orgs.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Carlos: Ed. da UFSCar
- DEL RIO, Vicente (1991) "Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro: a contribuição do estudo da Percepção Ambiental". Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP, São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1996) "Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização da área portuária do Rio de Janeiro". *In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (orgs.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Carlos: Ed. da UFSCar.
- DIEGUES, Antonio Carlos (1994) **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas em Áreas Úmidas do Brasil (Nupaub).
- DIEGUES, Antonio Carlos & NOGARA, E. (1994) **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas em Áreas Úmidas do Brasil (Nupaub).
- DIEGUES, Antonio Carlos & VIANA, Virgílio (orgs.) (2000) **Etnoconservação - novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Ed. Hucitec.
- DURKHEIM, Émile (1968) **Las formas elementales de vida religiosa**. Buenos Aires: Ed. Schapire.
- FERREIRA, Carolina Peixoto (1999) "Atividade agrícola na Estação Ecológica de Juréia-Itatins: sucessão e regeneração na vegetação de restinga". Monografia, Departamento de Geografia-USP, São Paulo.
- FREIXÉDAS, V.M. (1995) "Evolução das práticas de manejo de recursos naturais: um estudo de caso da comunidade "Costão do Despraidado", Estação Ecológica Juréia-Itatins - EEJI". Monografia, Escola Superior de Agricultura "Luís de Queiroz"-USP, Piracicaba.
- FURLAN, Sueli Angelo (2000) "Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual da Ilhabela na ilha de São Sebastião)". Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, USP, São Paulo.
- FVA (Fundação Vitória Amazônica) (1998) **A gênese de um plano de manejo: o caso do Parque Nacional do Jaú**. Manaus. FVA/Fundação Ford.
- GODARD, Olivier (1997) "A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação". *In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (org.). Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Ed.Cortez.
- JESUS, Teresinha Pereira de (1993) "Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação". Tese de Doutorado, UFSCar, Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, São Carlos.
- LACOSTE-DUJARDIN, C. (1977) "A relação de inquérito". *In: Revista Hérodote - stratégies géographiques idéologies*. Paris, nº8.
- LEONEL, Mauro (1998) **A morte social dos rios**. São Paulo: Ed. Perspectiva/Instituto de Antropologia e Meio Ambiente/FAPESP.
- LYNCH, Kevin (1980) **Imagem da cidade**. São Paulo: Ed. Livraria Martins Fontes (Trad. Maria Cristina T. Afonso).
- MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho (1996) "Paisagem valorizada: a serra do mar como espaço e como lugar". *In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (orgs.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Carlos: Ed. da UFSCar.
- \_\_\_\_\_ (1988) "A serra do Mar paulista: um estudo de paisagem valorizada". Tese de Doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas-UNESP, Rio Claro.
- MARCÍLIO, M.L. (1986) **Caiçara: terra e população**. São Paulo: Ed. Paulinas, CEDHAL.
- MERLEAU-PONTY, Maurice [1945] (1994) **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ [1964] (2000) **O Visível e o Invisível**. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

- NOVAES, Adauto (1988) "De olhos vendados". In: NOVAES, Adauto. **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, Eliane Rita (1993) "Populações humanas na Estação Ecológica Juréia-Itatins". In: **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 10**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Áreas Úmidas do Brasil (Nupaub).
- OLIVEIRA, Livia de (1977) "Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica". In: *Geografia*. São Paulo, 3(2):61-72.
- \_\_\_\_\_ (1996) "Percepção e Representação do Espaço Geográfico". In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: Ed. da UFSCar, pp.187-212.
- \_\_\_\_\_ (2001) "Percepção do meio ambiente e Geografia". In: **OLAM – Ciência & Tecnologia [arquivos de dados legíveis por máquina]. Vol. 1, nº 2**. Rio Claro: ALEPH Engenharia e Consultoria Ambiental.
- OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (eds.) (1996) **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- PIAGET, Jean (1969) **The mechanics of Perception**. Nova York: Basic Books.
- QUEIROZ, Ruben Caixeta de (1992) "Atores e retores da Juréia: idéias e práticas do ecologismo". Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas.
- RELPH, Edward (1979) "As bases fenomenológicas da Geografia". In: **Geografia**. São Paulo, 7(4):1-25 (Trad. Herbert Silvio Augusto Pinho Halbsgut).
- RODRIGUES, Carmem Lúcia (2001a) "Limites do consenso: territórios polissêmicos na mata atlântica e a gestão ambiental participativa". Tese de Doutorado, Departamento de Geografia-USP, São Paulo.
- RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos (2001) "Representações da paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra-MG: o olhar do viajante, da população local e do geógrafo". Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia-USP, São Paulo.
- SANCHES, Rosely Alvim (1997) "Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, litoral sul, SP. Uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem - meio ambiente". Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências-USP, São Paulo.
- SANTOS, J.E. *et al* (1996) "Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-econômicos de interação". In: **Anais do VII Seminário Regional de Ecologia**. São Carlos, v.II:309-353.
- SANTOS, Milton Almeida dos (1988) "O espaço geográfico como categoria filosófica". In: **Terra Livre 5 - O espaço em questão**. São Paulo: 9-20.
- \_\_\_\_\_ (1996) **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec.
- SÃO PAULO (1991) **Cadastro Geral dos Ocupantes - E.E.J.I.**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal, Divisão de Reservas e Parques Estaduais (relatório interno).
- \_\_\_\_\_ (1995) **Desapropriações em Parques e Estações Ecológicas. Relatório elaborado por grupo de trabalho constituído pela Portaria D.G.-I.F. de 25.04.95**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental, Instituto Florestal, Divisão de Reservas e Parques Estaduais.
- SOUZA, M.J.L. de (1995) "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C. & CORRÊA, R.L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- TOFFOLI, D.D.G. (1996) "Roça caiçara: uma abordagem etnoecológica de um sistema agrícola de herança indígena". Monografia, Departamento de Geografia e Meio Ambiente-PUC, Rio de Janeiro.
- TUAN, Yi-Fu (1980) **Topofilia – um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do meio ambiente**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Difel (Trad. Livia de Oliveira).
- \_\_\_\_\_ (1983) **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Ed. Difel.
- VIANNA, L.P. (1996) "Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação". Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências-USP, São Paulo.
- WHITE, A. (1977) **Guidelines for field studies in Environmental Perception**. Technical Notes 5. Paris: UNESCO.